

## Assumar e os sete altares

Conceição Borges Ribeiro Camargo  
do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Este ano de 1967 é de gloriosa comemoração dos duzentos e cinqüenta anos do achado da imagem milagrosa de Nossa Senhora Aparecida.

Não sabemos o dia, mas foi no espaço de 17 a 31 de outubro de 1717.

Passava por esta paragem conhecida com o nome de Morro dos Coqueiros, dirigindo-se para Guaratinguetá de onde seguiria para Minas Gerais, o novo Governador da Capitania. Era o Senhor Capitão General Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcellos, 4º Conde de Assumar, depois Vice-Rei da Índia, sendo o terceiro da família designado para esta posição e por este motivo recebeu o título de Marquês do Castelo Novo. As campanhas na Índia valeram-lhe a concessão de novo título: 1º Marquês de Alorna.

Chegando a Guaratinguetá, o Governador dessa vila pediu “peixes para o Conde de Assumar”.

Entre muitos que foram pescar, estavam Domingos Martins Garcia, João Alves e Felipe Pedroso, que lançaram suas redes no Porto de José Correa Leite e continuaram até o Porto de Itaguassu, onde João Alves em sua rede de arrasto tirou o corpo e depois a cabeça da Virgem Aparecida.

Evocamos mais uma vez a figura de Dom Pedro de Almeida Portugal, que neste ano de 1967 deve ser lembrada, pela nobreza dos seus ascendentes e descendentes hoje conhecida e por nós estudada e também pela projeção que deixou na História do Brasil como Governador das Minas.

A Senhora o estava preparando para unir na História o nome dele ao achado da milagrosa imagem.

O governo de Dom Pedro de Almeida, de 1717 a 1721, foi movimentado e até hoje discutido e os estudiosos, principalmente da História Mineira, pesquisam no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte.

Dois fatos principais envolveram a figura do Conde de Assumar no seu governo: a demolição e fogo nas casas de Pascoal da Silva Guimarães, no Morro de Ouro Preto e ter mandado enforcar e esquartejar Felipe dos Santos, que eram os mais implicados na revolta pela arrecadação dos quintos e abertura das Casas de Fundação, em Vila Rica, conhecida como “Sedição de Vila Rica”, em 16 de julho de 1720.

É difícil compreender que um nobre sob um conceito nítido de Justiça como o Conde de Assumar, ficasse na História como um tirano e Felipe dos Santos surgisse como um herói, precursor da Independência e contra quem havia sido expedida carta precatória para a prisão aqui no Brasil, em 30 de janeiro de 1717.

Dom Pedro subjogou heroicamente alguns levantados em Pitangui e o mesmo fez em Vila Rica. Atitude enérgica de quem governa minas de ouro. Às suas resoluções deve Portugal a sujeição da Capitania e o exemplar castigo de Felipe dos Santos aterrou os ânimos de um povo tantas vezes rebelde.

Mineiros de nascimento não havia nas minas de 1720; só em 1731 é que a família se radicou no solo mineiro. Portugueses governavam e só portugueses tomaram parte da Sedição. Diz Feu de Carvalho: “A Sedição não foi bem estudada com documentos, por espíritos desapaixonados e imparciais”.

O Conde de Assumar teve repressão – mandou demolir as casas de Pascoal da Silva e dos seus cúmplices no Morro do Ouro Preto, com a recomendação *“onde encontrasse resistência puzesse fogo”*, dia 16 de julho.

Era comum naquele tempo, prenderem-se os régulos, suas casas demolidas e incendiadas.

Vulgarmente afirmam ter sido tudo reduzido à cinzas e pedras da casa ficaram enegrecidas. Mas a própria casa de Pascoal Guimarães, o mais opulento da capitania, não era de pedra. Até 1730 não havia construção em pedras: os primeiros edifícios assim construídos em Ouro Preto foram as igrejas.

Como explicar que tudo foi reduzido à cinzas, no dia seguinte, 17 de julho de 1720, a publicação do Conde:

*“Dom Pedro de Almeida, etc...”*

*Tôda a pessoa que tiver casas ou vendas no Morro, as desfaça dentro de 15 dias e se venha situar nesta vila”.*

Quanto a Felipe dos Santos, determinou o Conde que no mesmo dia 16 de julho *“com baraço e pregão corresse às ruas sofresse morte natural e fosse esquartejado”*.

A demolição no Morro, que no enlevo histórico ficou conhecido como “Morro da Queimada” e a descrição do enforcamento de Felipe dos Santos entraram para a arte, para a literatura histórica e para a iconografia. É ler o extrato de um pequeno livro didático *“Festas Nacionaes”*, adotado há alguns anos em nossas escolas:

*“Foi o primeiro mártir da Independência nacional e atado vivo à cauda de quatro ferosos animais bravios, arrastado pelas ruas acidentadas de Vila Rica. Consumado o suplício, o corpo dilacerado foi esquartejado e atirado em pedaços ao pasto das aves de rapina”.*

Era natural que o escolar recebendo esta lição de História em todo o Brasil, ficasse o nome do Conde de Assumar não ostentando bons sentimentos e continuasse nos compêndios como: tirano, déspota, feroz!

O castigo causou profunda impressão nas Minas Gerais, pois ninguém fora enforcado na capitania por motivo de ordem pública.

Criaram a lenda que vem até aos nossos dias e ficou tradição, atualmente criticada por alguns escritores e historiadores, que põe ao enforcamento de Felipe dos Santos a cena macabra do cadáver ser preso e arrastado à cauda de cavalos.

Já amarraram Felipe dos Santos nas caudas de quatro cavalos, outros nas de três, nas de dois e ainda outros, na de um.

Os mais exigentes afirmam: estraçalhado por quatro cavalos bravos, escolhidos a dedo em vertiginosa carreira ou disparada pelas ruas de Vila Rica, depois de se haver chegado pano queimado às ventas dos animais.

Outro, em conferência no Instituto Histórico de Minas, em presença do Presidente Bueno Brandão, publicada em folhetos assegurava que Felipe dos Santos, “fôra atado às caudas de quatro cavalos, indo em cada um montado um peão”.

Há quem discorde contando: “foi atado nas patas e não nas caudas dos sendeiros”.

O restabelecimento da verdade histórica vem surgindo com leitura em documentos.

Em um códice do Arquivo Público Mineiro, lê-se sobre Felipe dos Santos, “*que feito o sumário, mandou o Conde arrastar pelas ruas e depois de enforcado, esquartejar, mais para terror, que para castigo, porque os homens da natureza dos destas Minas, que ordinariamente são bárbaros e insolentes, mais temem, como disse o Imperador Maximiliano as circunstâncias e gênero de morte, que a mesma morte*”.

Em documentos, não há nenhuma referência a ter Felipe dos Santos sido arrastado por cavalos, como diz a lenda.

E sem documento, não há História!

Fomos a Congonhas, Ouro Preto e Mariana, seguindo quase a mesma jornada do Conde e no Arquivo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, em números da Anuário do Museu tiramos anotações de diversos documentos e transcrevemos esta apreciação sobre o Assumar:

*“Da Carta da Câmara ao Rei Senhor (...) e somos obrigados à lealdade que a Vossa Magestade professamos a agradecer-lhe a distinção que nos fez em mandar-nos governar pelo Conde de Assumar, a cujas direções devemos ir em já instituindo as Justiças ao estado que a Lei determina, e ao seu incansável zelo se dera a extinção de muitos que oprimiam este país e perturbavam o socego público, não sendo de menor exemplo para os Vassallos de Vossa Magestade o seu grande desinteresse em toda a matéria”.* E termina: *“Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo a 23 de fevereiro de 1719. Manoel de Brito Barreto, escrivão da Câmara a escreveu”.* (seguem assinaturas)

Para conter o aventureirismo nas Minas daqueles tempos, as atitudes do Conde criaram a fama de cruel.

O “Diário da Jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo e desta, até as Minas, ano de 1717” na Revista do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional número 3 (1939), nô-lo mostra assistindo missas, guardando jejuns, confessando-se, comungando, assinando ofícios, confirmando algumas patentes, dando outras e tomando posse da Capitania de São Paulo na igreja de Nossa Senhora do Carmo, porque o templo era mais vasto do que a acanhada casa do Governo provincial.

E repetimos: a Senhora o estava preparando para unir na História o nome dele ao achado da milagrosa imagem.

“Nem lhe faltou o ‘batismo’ do rio Paraíba, pois o Diário relata que ele fez parte do percurso de Mogi a Jacareí, embarcado em canoa, levado pelas águas que ainda guardavam a efígie da Santa”, escreveu Dom Antônio Maria Alves de Siqueira.

Contornamos ligeiramente a personalidade de Dom Pedro de Almeida Portugal.

Temos um trabalho de pesquisa apresentado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, descrevendo seus dotes cívicos, morais, suas lutas e gloriosa carreira militar, alcançando o elevado cargo de Vice-Rei da Índia. O Conde era literato, sendo acadêmico de número da Academia Real da História Portuguesa instituída por Dom João V, em 1720.

E eis que a coincidência das coisas que pertencem e se aprofundam na espiritualidade, revelam o valor que se imprime na história religiosa.

Assumar é uma freguesia do Concelho de Monforte, comarca e distrito de Portalegre, diocese de Évora, em Portugal.

Tem como orago Nossa Senhora da Graça, distando dez quilômetros de Monforte e seiscentos metros da estação de ferro.

Tem serviço de correio, escola primária, Misericórdia e Agências de Seguros. Tem feiras anuais em 13 de junho e 29 de dezembro. Foi uma forte praça de armas com castelo.

Teve foral dado por Dom Diniz em 1296 e foi cercada de muralhas por Dom Afonso IV em 1332.

Os privilégios dados por Dom Diniz, foram sucessivamente confirmados por Dom João V, o mesmo Rei que na consulta do Conselho Ultramarino de 22 de dezembro de 1716, nomeou, por despacho, Dom Pedro Miguel

de Almeida Portugal para substituir Dom Braz Baltazar da Silveira, no governo da capitania de São Paulo e Minas entre oito candidatos de grande valor.

Esteve a freguesia anexada ao conselho de Arronches de 1895 a 1898 pela supressão do concelho de Monforte, neste lapso de tempo. Em 1830 tinha Assumar foros de conselho, que foi até a reforma de 1836.

É povoação muito antiga e os romanos chamaram-lhe:

*Ad Septem Aras*

*Aos Sete Altares*

Fomos seguindo o roteiro da Sagrada Imagem de Nossa Senhora Aparecida e fomos lendo todo o trajeto que o andejo Felipe Pedroso fez com a Imagem e os altares a Ela feitos e erguidos dentro de Aparecida, até atingirmos a Nova Basílica Nacional.

Os três felizes pescadores encontrando a Imagem e sendo depois copiosa a pescaria, admirados deste sucesso, retiraram-se às suas vivendas.

O primeiro documento, do punho do então Vigário de Guaratinguetá, conta que Felipe Pedroso guardou a santa Imagem algum tempo na sua casa no Alto da Boa Vista, vizinho ao Porto de Itaguassu. Por certo que colocou a Santa sobre uma mesa ou dentro de pequeno oratório, sendo o primeiro altar.

Depois mudou-se para junto de Lourenço de Sá, morador na beira do córrego do mesmo nome. Junto à sua casa construiu um oratório de pau-a-pique, onde guardou o seu tesouro durante seis anos. Local onde esteve o Asilo.

Felipe Pedroso parece ter sido homem de temperamento irrequieto. Em 1724 já estava em outro lugar e a Imagem de Nossa Senhora com ele. Mora uns nove anos à beira do córrego da Ponte Alta, mais ou menos a meio do caminho entre a Ponte do Sá e o Alto da Boa Vista. Desta estadia lembra uma devota capela de Nosso Senhor Crucificado, já demolida, onde a linha da Estrada de Ferro corta a Avenida Doutor Júlio Prestes, antiga Avenida Itaguassu.

Em 1733 a Imagem da Virgem volta ao lugar de sua partida: à beira da Estrada Real em frente ao Porto de Itaguassu.

É lá que Atanásio Pedroso, filho de Felipe levantou *“um oratório tal e qual; e em um altar de paus colocou a Senhora, onde todos os sábados se ajuntava a vizinhança para cantar o terço e mais devoções. Foi em uma dessas ocasiões, enquanto rezavam o terço que apagaram-se de repente as duas velas e quando Silvana da Rocha ia acendê-las, viram-se novamente acesas, sem intervenção de ninguém. O milagre das velas foi no quarto altar.”*

Foi se dilatando o poder miraculoso da imagem aparecida no rio Paraíba.

O Padre José Alves Vilela, zeloso Vigário de Guaratinguetá, visita o oratório e não o acha em condições favoráveis para abrigar a Santa Imagem. Auxiliado pela generosidade dos devotos levanta uma capela de pau-pique onde se forma um centro de peregrinação.

Era maior a devoção do povo que o tamanho da capelinha. O vigário de Guaratinguetá, em princípios do ano de 1743, dirige ao Senhor Dom Frei João da Cruz, Bispo Diocesano do Rio, um requerimento:

*“Diz o Padre José Alves Vilela, Vigário da Igreja de Santo Antônio de Guaratinguetá e os mais devotos de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, que pelos muitos milagres que tem feito a dita Senhora a todos aqueles moradores, desejam erigir uma Capela com o título da mesma Senhora da Conceição Aparecida no distrito da dita freguesia...”*

No dia 5 de maio de 1743 foi passada a provisão concedendo licença de erigir uma Capela, em lugar decente, assinado pelo pároco e que não seja de pau-a-pique, mas sim de material durável.

O lugar escolhido foi o alto do Morro dos Coqueiros e a dona daquelas terras, Margarida Nunes Rangel, virtuosa senhora guaratinguetaense, no dia 4 de maio de 1744, por escritura pública doou a Nossa Senhora da Conceição, chamada Aparecida, o morro chamado dos Coqueiros, para nele se edificar a Capela. Recebeu a bênção litúrgica no dia 26 de julho de 1745.

Era o sexto altar oferecido a Virgem Aparecida.

Quase cem anos se passaram.

A Igreja ameaçava ruir e houve reforma que o Cônego Doutor Joaquim do Monte Carmelo conseguiu terminar em fevereiro de 1888.

A Capela, o Templo, foi elevado à categoria de Curato sob o título “Episcopal Santuário de Nossa Senhora Aparecida” desligando-se da freguesia de Guaratinguetá. A 29 de abril de 1908, o Santuário de Aparecida foi elevado ao título e glória de Basílica Menor.

É a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, a Igreja que todos conhecem e que vista ao longe tem a nossa contemplação. Está no alto da Colina Sagrada e recebe milhares de devotos que vêm isolados, em grupos ou em romarias.

A imagem milagrosa de Nossa Senhora Aparecida está em um nicho de mármore e ouro dominando o Altar-Mór, sob o qual foram colocadas relíquias do mártir São Vicente.

“No roteiro do culto de Nossa Senhora Aparecida há uma providencial seqüência de triunfos e glórias”, escreve Dom Antonio Maria Alves de Siqueira.

Proclamada Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil, Rainha da Pátria, para Ela levantam um Palácio Real. A Nova Basílica de Aparecida é um faustoso templo e a sagração da Pedra Fundamental foi no dia 10 de setembro de 1948 pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manoel Gonçalves Cerejeira.

Aos domingos, dias santos e feriados, as missas são celebradas na Nova Basílica – o sétimo altar de Nossa Senhora Aparecida, que por um encanto se projeta nas águas do rio Paraíba. É só ficarmos em frente ao majestoso templo, na outra margem do rio, margem esquerda, para vermos a Torre submergindo e emergindo das águas remansosas do Paraíba, onde foi encontrada a excelsa Padroeira, pérola única achada em água brasileira.

Com o objetivo de colocar a Milagrosa Imagem tão próxima quanto possível de um maior número de peregrinos, tomou a edificação a forma de uma cruz grega, sendo seus braços constituídos por três amplas naves que convergiram para o Altar-Mór, onde ficará Nossa Senhora Aparecida, exatamente no centro geométrico desta figura. Desse local já se ergue a imponente cúpula dourada que reflete ao longe as glórias de Nossa Senhora Aparecida.

No correr do ano de 1949, após demorados estudos, foi completado pelo arquiteto Benedito Calixto de Jesus Netto o ante-projeto do grandioso Templo, que teve o parecer da Comissão Pontifícia de Arte Sacra, sediada em Roma para onde seguiu o arquiteto Doutor Calixto, trazendo os mais altos elogios no relatório oficial. Estava feito o Projeto – valor da nossa arquitetura e muito particularmente, a litúrgica.

Ao Primeiro Arcebispo Metropolitano de Aparecida, Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, ao Bispo Auxiliar Dom Antônio Ferreira de Macedo, ao Padre Pedro Henrique, aos Padres Redentoristas e ao fiéis da Virgem Aparecida, está entregue o acabamento da construção e se ergue para o infinito a Nova Basílica de Nossa Senhora Aparecida – e para esse fim, com Amor na alma todos se sacrificam na luta diária.

Na Torre, no 1º andar já se acha a Sala dos Milagres e no 2º andar está o Museu com material indígena, arte sacra e peças que pertencem ao Patrimônio da Basílica, ao lado do artístico trabalho do Chico Santeiro, “*Encontro da Imagem*”, o retrato do Conde de Assumar.

E dentro da Torre,

*“a ressoar, em gamas de harmonia um grande carrilhão, que chore, cante e ria jorrando, aos borbotões, sob a dália do sol, as vozes do Brasil, em som cavo e bemol”.*

Assumar é uma povoação muito antiga, e os romanos chamaram-lhe

*Ad Septem Aras*

*Aos Sete Altares*

Em Portugal, Assumar parece encerrar um hino de sentimento religioso quando os romanos nos disseram: aos sete altares!

E hoje no Brasil, nós cantamos à Virgem Aparecida diante do sétimo altar.